

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 261UP-034-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025	16

1. Aos Acionistas

Com satisfação, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis referentes ao período de 24 de novembro, data da constituição, a 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Informações sobre a Companhia

A Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. (“Companhia”) localizada à Rua Belmira Montes Barroso nº 122, em Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 24 de novembro de 2025, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário composto pelas BR 153-GO, BR 153-MG e BR 262-MG, do Programa de Concessão de Rodovias do sistema Rodoviário BR 153-GO, trecho entre o entroncamento com a GO-219 até divisa do Estado de Minas Gerais – Ponte Sobre o Rio Paranaíba (Div. MG/GO), BR 153-GO, trecho entre a Ponte sobre o Rio Paranaíba (Div. GO-MG) até o início da Ponte sobre o Rio Grande (MG-SP) e BR 262-MG, trecho entre o entroncamento com a BR-05MG (Uberaba-MG) até o entroncamento com a BR-153 (A) (P/Pouso Alto), nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 04/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres e no respectivo Contrato de Concessão, controlada pela Companhia Rota da BR 153 MG-GO S.A. com 100% das ações.

2.1. Responsabilidade Econômica

A concessão irá contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das cidades que margeiam à BR 153/GO, BR 153/MG e BR 262/MG. Mensalmente, a concessionária fará o repasse para os municípios limítrofes do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN. O repasse segue a Lei complementar nº 116 de 2003, que estabelece o pagamento do tributo aos municípios de rodovias pedagiadas.

3. Análise Econômico-Financeira

Por ser uma empresa concessionária de rodovias, uma das formas de acompanhar nosso desempenho operacional é através dos volumes de tráfego equivalentes gerados em nosso negócio.

3.1. Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto %	31/12/2025	AV%
Ativo Circulante (AC)	1	100,00%
- Disponibilidades	1	100,00%
Ativo Não-Circulante	-	0,00%
- Liquidez Geral	n/a	n/a
- Imobilizado e Recursos Permanentes	n/a	n/a
Ativo Total (AT)	1	100,00%

Passivo Circulante (PC)	-	0,00%
Passivo Não-Circulante	-	0,00%
- Dívida Bruta	-	0,00%
- Composição do Endividamento	n/a	n/a
- Endividamento Geral	n/a	n/a
Patrimônio Líquido (PL)	1	100,00%
- Capital Social	1	100,00%
- Capital de Terceiros/Próprio	-	0,00%
Passivo Total (PT)	1	100%

Não a análises de sensibilidade das movimentações das contas patrimoniais devido a companhia ter sido constituída em 24 de novembro em 2025, e sua movimentação no período foi apenas aporte inicial de capital social conforme demonstrado no quadro acima.

4. Governança Corporativa

Relacionamento com os auditores independente

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações contábeis e não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

5. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em 22 de janeiro de 2026, foi realizado um aumento de capital no valor de R\$ 166.312.607, com a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de janeiro de 2026, foi realizado um aumento de capital no valor de R\$ 227.000.000, com a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Emissão de Debêntures

Em 15/01/2026, a Companhia emitiu sua 1ª emissão de debêntures simples, série única, no montante de R\$ 360.000.000, com remuneração de 100% do DI + 2,35% a.a. e vencimento em 15/01/2029.

A oferta pública foi registrada automaticamente pela CVM em 22/01/2026, nos termos da Resolução CVM 160 (nº CVM/SRE/AUT/DEB/PRI/2026/032).

6. Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores independentes

A Diretoria declara que discutiu, avaliou e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e com o relatório dos auditores independentes

Uberaba, 30 de março de 2026.

Paulo Nunes Lopes
Diretor Presidente

Paulo Vinícius Machado Gomes
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

7. Agradecimentos

A diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Uberaba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rota Sertaneja MG-GO S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rota Sertaneja MG-GO S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025. Em virtude da recente constituição da Companhia (e que suas operações comerciais não haviam ainda sido iniciadas até 31 de dezembro de 2025), determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ênfase – início de operações

Conforme discutido na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 24 de novembro de 2025. Dessa forma, em virtude da ausência de operações comerciais até 31 de dezembro de 2025, não há registros nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do valor adicionado referentes ao período entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, nem apresentação de valores correspondentes para fins de comparabilidade. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1
Total do ativo circulante		1
Total do ativo		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025
Patrimônio líquido		
Capital social		1
Total do patrimônio líquido	6	1
Total do passivo e patrimônio líquido		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações do resultado do período de 24 de novembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	24/11/2025 (data da constituição) a 31/12/2025
Receita operacional líquida	-
Custos dos serviços prestados	-
Resultado bruto	-
Despesas gerais e administrativas	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	-
Resultado financeiro	-
Lucro antes dos impostos	-
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-
Lucro líquido do exercício	-
Lucro por ação - básico/diluído	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente do período de 24 de novembro
(data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	24/11/2025 (data da constituição) a 31/12/2025
Lucro do exercício	-
Outros resultados abrangentes	-
Resultados abrangentes do exercício	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período de 24 de novembro de 2025 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2025

	Notas	Capital social	Total
Saldos em 24 de novembro de 2025		-	-
Integração de capital social		1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	
Decréscimo/acrécimo em ativos e passivos	
Caixa líquido pelas atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Caixa líquido nas atividades de investimento	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rota Sertaneja MG-GO S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Belmira Montes Barroso, nº 122, Uberaba, Minas Gerais, é uma sociedade anônima constituída em 24 de novembro de 2025. Sua atividade principal é explorar, sob regime de concessão, o sistema rodoviário BR-153/262/GO/MG (Rota Sertaneja), nos termos do Edital de Concessão nº 4/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e do respectivo Contrato de Concessão, abrangendo: **(i)** BR-153/GO, do entroncamento com a GO-219 (Hidrolândia/GO) até a divisa com Minas Gerais (ponte sobre o Rio Paranaíba); **(ii)** BR-153/MG, do final da ponte sobre o Rio Paranaíba (divisa GO/MG) até o início da ponte sobre o Rio Grande (divisa MG/SP); e **(iii)** BR-262/MG, do entroncamento com a BR-050 (Uberaba/MG) até o entroncamento com a BR-153 (Pouso Alto/MG).

O projeto foi leiloadado pela ANTT em 6 de novembro de 2025, com prazo de concessão de 30 anos, prevendo investimentos e serviços operacionais para modernização do corredor, incluindo implantação do pedágio eletrônico em fluxo livre (*free flow*), conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia permanece em fase pré-operacional, dedicada às atividades preparatórias, sem geração de receitas operacionais.

A Companhia é controlada pela Companhia Rota da BR 153 MG-GO S.A., detentora de 100% das ações em 31 de dezembro de 2025

2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia não possui registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todavia, por opção de governança corporativa, elabora e apresenta suas demonstrações financeiras observando a estrutura, o rito de apresentação e os padrões de evidenciação previstos nas normas expedidas pela CVM, aplicáveis aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de março de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Principais políticas contábeis e uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso do custo histórico.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Companhia ainda não entrou em operação, havendo somente integralização de capital como contrapartida de caixa.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

3.2. Instrumentos financeiros – Caixa aplicado

Os ativos financeiros mantidos como caixa e equivalentes são classificados e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva. A avaliação de risco de crédito considera, entre outros, a qualidade dos emissores (instituições financeiras) e limites internos de exposição. Não há derivativos, *hedge accounting* ou instrumentos complexos no exercício.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para exercício anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1. Normas emitidas, mais ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

Propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes à sustentabilidade, que sejam úteis para os usuários de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimento de recursos à entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima

Estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, aplicáveis aos aspectos em que a entidade está exposta, podendo incluir riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações contábeis

Substitui a IAS 1 e estabelece uma nova estrutura para apresentação das demonstrações financeiras, incluindo categorias padronizadas (operacional, investimento e financiamento), subtotais obrigatórios e divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs). A norma também reforça princípios para agregação e desagregação de informações, visando maior clareza e comparabilidade. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

Alteração na IAS 21 – Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio

Estabelece requisitos para mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada.

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Define como devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros, além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11

A adoção está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada. As melhorias incluem:

- **IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro:** esclarece questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas.
- **IFRS 7 – Instrumentos financeiros:** aperfeiçoa orientações sobre divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros.
- **IFRS 9 – Instrumentos financeiros:** corrige inconsistências e fornece mais clareza sobre mensuração e classificação.
- **IFRS 10 – Demonstrações consolidadas:** ajustes menores sobre aplicação de controle e determinação de consolidação.
- **IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa:** melhora a clareza na apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Permite que subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos das demais normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, substituindo-os por um conjunto reduzido. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.

Reforma Tributária no Brasil

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao período compreendido entre 24 de novembro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Bancos - Conta corrente	1
Total	1

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 24 de novembro de 2024, na Assembleia de Constituição, foi aprovada a constituição da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado totalizava R\$ 1.000.

A seguir, a composição do quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Controladora	CNPJ	País	Ações Ordinárias		
			Participação	Quantidade	Valor
Rota da BR 153 MG-GO S.A.	63.929.444/0001-26	Brasil	100,00%	1.000	1.000

7. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em 22 de janeiro de 2026, foi realizado um aumento de capital no valor de R\$ 166.312.607, com a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de janeiro de 2026, foi realizado um aumento de capital no valor de R\$ 227.000.000, com a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Emissão de debêntures

Em 22 de janeiro de 2026, a Companhia registrou na CVM a 1ª emissão de debêntures simples (série única) de R\$ 360.000.000, emissão 15 de janeiro de 2026, vencimento 15 de janeiro de 2029, DI + 2,35% a.a.

* * *